



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alexandre

ATA N. 06/2013

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, pelas dezoito horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, comigo Alexandre Hermínio Drago Madeira, primeiro secretário, José Domingos Teixeira Pires, segundo secretário, Maria do Rosário Papafina Proença, João Manuel Cabrita Fernandes, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, António José Ruivo da Palma, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez, Maria Conceição Freitas Henrique Granado, Luís Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão Guerreiro e Manuel da Conceição António, pelo P.S.D; Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro e Vítor José da Cruz Pereira, pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz e Luís Manuel Negrão Vargas, pela CDU., e conforme Edital Convocatório de 03 de setembro de 2013, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

SUBSTITUIÇÕES

Ao abrigo do Art.º nº 53 do Regimento, verificaram-se as seguintes substituições: pelo PSD, o Sr. Deputado Municipal Messias José Fernandes Carvalho foi substituído por Maria Madalena Sofia Fulgêncio Mendez e o Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro foi substituído por António José Ruivo da Palma. Pelo PS, o Sr. Deputado Municipal Álvaro da Palma Araújo foi substituído por Luís Manuel Rosa

Fernandes e o Sr. Deputado Municipal João José Baptista da Costa Ribeiro foi substituído por Rui João Gutierres Setúbal.

flexaude

FALTAS

Verificou-se a falta do senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa, da bancada do PSD.

ABERTURA DA SESSÃO

Feita a chamada, verificadas as presenças, substituições e faltas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. Foram anunciados 10 minutos por bancada para tratar de assuntos de interesse para o município.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro propôs um voto de pesar pelos bombeiros mortos no combate aos fogos florestais ocorridos no país, manifestando, assim, solidariedade para com o sofrimento das suas famílias.

Todas as bancadas se associaram ao voto apresentado e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse observado um minuto de silêncio, que foi cumprido.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes dirigiu algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o Programa “Vila Real a Sorrir”. Perguntou qual o número de pessoas assistidas, qual o valor de despesa efetuada pelo programa e se os pagamentos às clínicas e médicos estão atualizados.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança disse que, ao longo das sessões de Assembleia Municipal deste mandato que agora termina, sempre procurou debater ideias e propostas e nunca pôr em causa qualquer comprometimento pessoal para alguém da bancada da oposição e se alguma vez tivesse havido alguma interpelação que tenham considerado menos correta

apresenta as suas desculpas, pois nunca quis melindrar qualquer pessoa ou qualquer sentimento de alguém.

A Sra. Deputada Municipal Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro quis também, neste seguimento e através de um texto que leu, fazer um balanço pessoal e, assim, declarou que sempre quis tomar posições em consciência e que, se houve animosidades, estas foram políticas e nunca pessoais. Em tudo procurou sempre o bem da população de Vila Real de Santo António.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita observou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha proposto a realização de um jantar para encerramento das atividades da Assembleia Municipal e, até ao momento, só estavam inscritos os membros da bancada do PSD. Assim, concluiu que aquilo que se disse do fato desta Assembleia ser um “convívio salutar” era apenas uma palavra de ocasião.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que a questão que se relaciona com o jantar é devido ao fato de se estar em campanha eleitoral e que estaria disponível para participar se este jantar fosse organizado depois das eleições autárquicas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal quis informar que as dívidas derivadas do programa “Vila Real a Sorrir” estavam todas pagas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia, pedindo a troca de ordem na apreciação e votação dos assuntos, relativamente à ordem comunicada em edital, e pediu também a inclusão dos seguintes pontos, cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas:

- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 04/2013;
- APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE.

Foi anunciada a ordem do dia:

flash

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.
 2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO.
 3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ARRENDAMENTO DE 40 FOGOS DESTINADOS A HABITAÇÃO SOCIAL.
 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO DE VRSA SOCIAL.
 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs.04/2013 E 05/2013.
 6. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.
- Período de intervenção do público

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que, face ao final do mandato, a Mesa da Assembleia decidiu contemplar com uma medalha evocativa do Concelho todos os membros da Assembleia Municipal para lembrar o mandato e a participação nas sessões da Assembleia Municipal.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dado que estava ligado a uma instituição financeira que tinha interesses nesta matéria, cedeu a presidência da Assembleia Municipal ao primeiro secretário, o Sr. Deputado Municipal Alexandre Hermínio Drago Madeira, e retirou-se da sala.

O Sr. Deputado Municipal Alexandre Hermínio Drago Madeira assumiu a presidência da Assembleia e chamou o Sr. Deputado Municipal José Domingos Teixeira Pires para o assessorar.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que havia algumas questões que careciam de ser esclarecidas. Assim, pergunta, partindo do valor total

do empréstimo, de aproximadamente 33 milhões, quanto é que vai destinar-se a pagamentos a fornecedores e quanto será destinado a reestruturação da dívida à banca. Perguntou ainda qual o valor total das comissões que vão ser pagas na concretização deste financiamento e qual o valor anual de compromissos com que o Município se vai deparar no futuro por força da assinatura deste contrato de reequilíbrio financeiro mais o PAEL.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz, analisando o que era possível da documentação que tinha e somando tudo aquilo que se tinha de pagar, com as taxas de juro como estavam expressas, perguntou se se tinha considerado que pagar estes juros era insustentável. O município não estava a gerar receitas para estes juros e se estava a pagar juros de 8% num empréstimo a longo prazo, quando esta taxa estava a ser aplicada a empréstimos a curto prazo. Não percebia qual era a lógica. Sabe que este empréstimo é fundamental para desbloquear o PAEL, mas que o município estava numa operação em que não ia levantar a cabeça nos próximos quinze ou vinte anos.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que se estava em presença de uma matéria de grande complexidade na sua abordagem. Neste processo intervêm diversos bancos, integrados num sindicato bancário. Com todos eles foi necessário negociar. Ligando o Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro e o PAEL, prolongaram-se alguns prazos e o que resulta é um empréstimo de dinheiro novo de cerca de sete milhões de euros. Os juros da totalidade rondam os 4,5%. As taxas e as comissões que constam na documentação deste assunto são contratuais, mas poderão ser negociadas. As coisas, como estavam, é que não podiam ser suportadas pelo município. Agora, o Tribunal de Contas vai ter de dar o visto a tudo isto. Tudo isto foi projetado e calculado. Isto tinha de ser feito. Recorda que tudo se gerou porque a queda das receitas do município foi abrupta e porque o que vinha de trás demonstrava a forma desordenada como o município estava. As pessoas andam por aí a dizer “a dívida”, “a dívida”, mas não será este executivo o culpado, bem pelo contrário.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança comparou o empréstimo da Câmara Municipal ao empréstimo de uma família em que se ajusta o prazo e o valor em dívida. Se, no meio do prazo, as coisas se alteram, se se perde um subsídio, dialoga-se com o banco para ajustar as coisas. Normalmente, prolonga-se o prazo e sobe-se um pouco a taxa de juro. No presente caso, não há subida das taxas de juro. É certo que o tal “dinheiro novo” tem um spread mais alto, mas isso é natural porque é um contrato novo. E muitas das comissões, de fato, a Câmara Municipal não as tem.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz afirmou que isto são formas de ver as coisas, mas a CDU está preocupada com outra questão. As taxas de juro deste empréstimo são incomportáveis. Isto vai obrigar a que as taxas municipais sejam sempre as mais altas, que é uma das condições da contratação destes empréstimos. Outra coisa que acha perversa é que se está a juntar as taxas do PAEL às taxas de juro da contratação destes empréstimos para se dizer que a contratação é de juros de 4%. Nestas condições, quase era melhor manter os empréstimos a curto prazo e renegociar a taxa de juro. O Governo é que não transfere para o concelho as verbas que já deveria ter transferido, o Governo que todos os anos não cumpre a lei das finanças locais vai permitir esta situação que dia-a-dia agrava a vida das pessoas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal quis clarificar algumas coisas relativamente ao que estava a ser discutido. Relativamente às questões levantadas pelo Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal, disse que não iria repetir o que fora discutido quando se tratou da questão do PAEL. O Sr. Deputado provavelmente não estava presente aquando dessa discussão, mas não iria repetir o que foi esclarecido nessa altura. Todas as questões formuladas pelo Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal foram discutidas e estão lá clarificadas. As contas da Câmara Municipal nunca foram tão transparentes como estão agora: na documentação estão as listas de tudo o que é pago e as taxas de juro. Só por questões de eleitoralismo é que as questões foram formuladas do jeito como foram apresentadas.

ser cobradas e, sem contar com as comissões da Caixa Agrícola, fez uma estimativa e ascendem a 162 mil euros. Apenas um financiamento, o do BCP, vem com um plano de pagamentos, os outros não trazem plano de pagamentos anexo. Logo, não se sabe o que se vai ter de pagar anualmente porque isso não consta. Era essa a resposta que se pretendia: saber exatamente quais vão ser os valores.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal insistiu que todas as questões referidas pelo Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal foram discutidas no PAEL e estão expressas no PAEL: o plano de pagamentos está expresso no PAEL, os montantes das taxas médias de juro estão expressos no PAEL, ou seja, os encargos financeiros estão abaixo dos previstos no PAEL. Como a Câmara Municipal vai satisfazer esses encargos está escrito no PAEL, os fornecedores a quem vai ser feito o pagamento estão francamente expressos no PAEL. Essas questões não são nenhuma novidade nem para a Assembleia nem para a Câmara. O PAEL foi aprovado pela Inspeção-Geral das Finanças, pela DGAL e pelos próprios bancos. Os bancos não iriam meter aqui 33 milhões de euros sem a garantia de que a Câmara iria pagar. Não consegue qualificar as análises do Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal porque não fazem nenhum sentido. A Câmara pode fazer uma reavaliação em função da evolução da economia ou uma renegociação, mas a verdade é que a realidade de hoje é pública.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que, neste momento, a discussão deixou de ter a ver com o empréstimo e passou a ser uma discussão política. Das três parcelas que constam do reequilíbrio financeiro, a única parte em que não se conseguia controlar a taxa era precisamente da parte nova. O resto já estava definido. Os bancos emprestam em função daquilo que lhes custa o dinheiro neste momento. Tudo o resto, de constar ou não constar determinada coisa, isso é mera bazófia. Toda a gente sabe que há sempre um plano de pagamentos inerente a um empréstimo. A forma como as coisas são apresentadas mostra bem a forma transparente e clara como o município está neste assunto e era bom que as pessoas se apercebessem disto. O resto é tudo conversas.

Quanto ao fato da Câmara Municipal poder pagar as taxas de juro em questão, ninguém pode prever o futuro, mas com a taxa que temos hoje de receita e de despesa, apesar de a situação não ser uma situação folgada, porque não o é, a verdade é que as taxas médias estão definidas no programa que foi aqui apresentado e aí está expresso onde vamos buscar o dinheiro para pagar estes compromissos. É claro que é necessário que a economia também ajude, mas em todo o caso cá estaremos para falar com os bancos para o que for necessário.

Este executivo termina este mandato encontrando soluções sustentáveis e devidamente formatadas e aprovadas para pagar a todos os fornecedores a quem o município deve. Isso é naturalmente uma pedra no sapato da oposição porque começa, a partir de hoje, a não ter nenhum discurso para fazer.

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que até desejava que o Sr. Presidente pagasse tudo antes das eleições. Do ponto de vista eleitoral, isso não lhe fazia diferença nenhuma. Se os munícipes concelho de Vila Real de Santo António pudessem contar com as dívidas pagas até ao dia 29 de setembro, até agradecia e achava muito bem.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que 90% da dívida que a Câmara Municipal tinha antes a fornecedores de Vila Real de Santo António encontra-se praticamente paga. Na listagem do PAEL, da dívida a fornecedores, a dívida é à banca e a fornecedores de fora do concelho. A dívida a fornecedores, dentro do município, é uma matéria bastante residual.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal, lembrando que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não podia voltar a responder a questões anteriormente respondidas, disse que havia diferenças de condições entre aquilo que foi apresentado na altura em que houve essa discussão e as condições que são agora apresentadas. Haveria alguma evolução de valores que careciam de ser explicados. Não são apresentados elementos que permitam concluir que serão libertados sete milhões de euros como foi afirmado e que estas taxas elencadas só se aplicam aos sete milhões de euros e não à totalidade da dívida. Relativamente, à questão das comissões, elas constam lá e em lado nenhum se diz que elas não vão

milhões com a obra feita, quando o executivo não foi sequer capaz de comprar uma casa de habitação social para os carenciados do concelho! Fica-se surpreendido como se tem vindo para aqui tentar jogar as culpas para o executivo de 2005. Em 2009, já depois de tudo, do subprime e tudo o mais, o executivo faz o seguinte: tem quarenta e oito milhões, passa de vinte e um, em 2008, e em 2009, passa para quarenta e oito milhões, e, somando a SGU, dava setenta e sete milhões, que até foi um valor que o PS apresentou na altura da campanha e o executivo disse que era mentira. É muito simples: em 2005, eram sete milhões e meio. Estamos no fim de 2012 com cento e vinte e oito. Isto é clarinho como a água.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que as bancadas tinham praticamente esgotado o seu tempo e anunciou que daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e, de seguida, considerando que o assunto estava amplamente debatido, se iria proceder a votação.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou que desejava fazer apenas um comentário simples. Disse que se podia ter os argumentos políticos que se quisesse, são legítimos, mas faltar à verdade isso é que não parece correto. Há uma auditoria que foi feita, e quando o executivo tomou posse, em 22 de outubro de 2005, o total da dívida que o município tinha era de trinta milhões de euros e não os sete milhões e meio que estavam inscritos. A bancada do PS já fez uma evolução, admitindo que já havia dois e milhões e meio de euros a mais. Dantes era sete e meio e o senhor deputado Luís Fernandes fez uma revelação de dez milhões. Mas é interessante ver essa teoria toda. Todos sabemos a situação em que deixaram a Associação dos Bombeiros, assim que acabaram as suas funções.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de referir não era para aqui chamado, de modo algum, e mais, que não insinuasse qualquer tipo de desonestidade, quer pessoal, quer de outro elemento qualquer, que o Sr. Presidente da Câmara não se devia comparar com ele.

Tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal verificado que não havia pedidos de intervenção por parte dos Srs. Deputados Municipais, e considerando que o

3

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que estava a tentar analisar o mais seriamente possível esta situação e questionou a posição assumida pelo Sr. Deputado Municipal António Cabrita.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierres Setúbal disse que estava a tentar esclarecer até que ponto os montantes correspondiam ao que estava expresso nos documentos. E acrescentou que queria deixar uma nota obviamente política, afirmando que, ao fim de oito anos de governação, continua-se a querer justificar o fator multiplicativo da dívida.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança disse que os spreads se ajustam aos momentos económicos. Se as taxas Euribor subissem era bom sinal, porque era sinal de que as economias estavam a melhorar e que o município de Vila Real de Santo António estaria em condições de arrecadar receitas. O Banco Central Europeu continua com as taxas baixas para ver se dá alento às economias. Se a Euribor começar a subir, cá estará o executivo e a banca para ajustar essas condições. Haverá sempre a capacidade de negociação.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que o Sr. Deputado Municipal António Cabrita tinha insinuado que a dívida já vinha de trás. Gostava que apontassem: em 2005, não havia SGU, não havia Empresa Municipal, a dívida do Município era de sete milhões e meio. Chegámos a 2012 com cento e vinte e oito. Referiu que o executivo tinha feito uma auditoria às contas da Câmara, em 2005, e só a apresentou em 2013, porque o PS exigiu nesta assembleia, e verificou-se que a dívida exigível era de dez milhões. O executivo tinha muitos fundos comunitários a receber das piscinas, dos sintéticos, da nave, tinha receitas de trinta e tal milhões por ano e o que fez o executivo? Em 2005, tinha sete milhões e meio; em 2006, tinha nove milhões, em 2007, tinha catorze milhões, só da Câmara; em 2008, tinha vinte e um milhões; em 2009, fez o seguinte: fez a proeza de passar para quarenta e oito milhões; em 2010, passou para sessenta milhões; em 2011, passou para sessenta e cinco; em 2012, passou para setenta e três. Acumulando com os cinquenta e cinco da SGU, dá um total de cento e vinte e oito milhões. E vêm falar do passado! E vêm dizer assim: a obra feita! Quer-se justificar cento e vinte e oito

assunto tinha sido amplamente debatido, submeteu a proposta a votação e foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro abstenções da bancada do PS e dois votos contra da bancada da CDU.

A bancada do PSD apresentou declaração de voto que fez chegar à mesa e que leu:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do PSD congratula-se com a aprovação de todos os condicionalismos que permitem, de uma vez por todas, avançar com o reequilíbrio financeiro do Município. Está em causa a boa saúde financeira do mesmo e muito louvamos que assim seja.

A bancada do PS apresentou declaração de voto que leu:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Quando aqui foi discutido o plano de ajustamento financeiro apresentado pelo executivo de Luís Gomes/PSD, a bancada Partido Socialista teve a ocasião de referir que o documento que então se discutia e, hoje, está aprovado, mais não era do que uma declaração de incompetência política e de reconhecimento da total irresponsabilidade na gestão da coisa pública que este executivo mostrou ao longo dos dois mandatos em que está à frente do Município.

Em 2009, eram por de mais evidentes os sinais do desvario da governação Luís Gomes/PSD. A influência que o poder de então tinha sobre a comunicação social e a máquina da propaganda permitiu disfarçar a realidade e, pasme-se!, atacar e a apelidar de mentirosos aqueles que ousaram denunciar a desenfreada corrida para o abismo económico e financeiro que, alegre e irresponsavelmente, estava em curso.

A verdade pode tardar, mas mais cedo ou mais tarde, será conhecida. Quatro anos volvidos, e estamos aqui hoje para reconhecer quem falava verdade e, muito pior, para hipotecar o futuro de duas gerações vila-realenses que terão de pagar o dinheiro e os juros dos empréstimos que a Câmara Municipal foi obrigada a contrair para procurar atenuar a asfixia financeira em que tem vivido.

Na discussão e votação, então efetuada, nesta assembleia, o Partido Socialista assumindo as suas responsabilidades, e em consciência, absteve-se porque não poderia permitir que as centenas de micro e de pequenas empresas credoras do Município fossem forçadas a continuar a pagar um elevado preço pelas muitas dificuldades que suportam por causa das dívidas da Câmara.

Com o sentido de responsabilidade que tem pautado a ação do Partido Socialista em todos os órgãos municipais em que participa e, apesar de todas as condicionantes políticas e de gestão, com as quais reafirmamos a nossa total oposição e veemente crítica, em defesa dos superiores interesses do concelho, dos munícipes e dos credores, gostaríamos, tal como fizemos na Câmara Municipal, de poder votar favoravelmente, mas a falta de esclarecimento às questões por nós levantadas obriga-nos a abster.

Lidas estas declarações de voto, o Sr. Deputado Municipal Alexandre Hermínio Drago Madeira retirou-se da presidência desta sessão que foi retomada pelo Exmo. Sr. Eduardo Luís Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ARRENDAMENTO DE 40 FOGOS DESTINADOS A HABITAÇÃO SOCIAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que, quando não há argumentos, se vem sempre com outras desculpas fora do âmbito destes assuntos da assembleia. A proposta do Sr. Presidente é no sentido de ser aprovado o arrendamento de 40 fogos a custos controlados ao IHRU. A pergunta é muito simples: desde 2006, fala-se em habitação social, quatrocentas e qualquer coisa casas de habitação social. Então, pergunta: onde é que está a habitação social que seja propriedade da Câmara Municipal? É só essa a pergunta: onde é que está?


O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que esperava que a sessão da assembleia municipal estivesse a ser transmitida pela Rádio Guadiana. Porque, de facto, os munícipes poderiam assistir a algumas intervenções, não todas, naturalmente, mas algumas, fantásticas. Agora, que andaram a dizer que a Câmara não tinha casas, que isto era tudo uma falácia, que o Presidente da Câmara andava a enganar as pessoas, que dizia que tinha casas, mas que não tinha casas, mas, afinal, agora veem as casas aqui para se aprovar. E, como se sabe, para além destas quarenta casas, já temos mais cem casas, provenientes do IHRU, mais outras cento e vinte, cento e trinta, da Caixa Geral dos Depósitos. Estamos a falar num universo de duzentas e quarenta casas, sensivelmente. Diziam que, afinal, o Presidente da Câmara não tinha casas para entregar, que andavam a fazer isto, a enganar as pessoas. Agora, que vêm aqui para aprovação, agora, as casas não são da Câmara. O que interessa é que as casas são para alugar às pessoas e são para alugar a custos de rendas sociais, ou seja, as pessoas não vão pagar aquilo que fora o modelo aprovado de 2006, ou seja, as pessoas tinham que ir ao banco contrair o empréstimo bancário para depois ficarem a apagar ao banco. O que, hoje, está aqui é o arrendamento social que as pessoas pagam em função da sua realidade social. E não ser da Câmara, ainda melhor! Há pouco, o Sr. Deputado criticava o endividamento da Câmara e agora a Câmara devia ter-se endividado com a compra das casas para ter mais casas. Há alguma alteração para as pessoas? As pessoas pagam mais por este modelo? Não! O que está a acontecer hoje é uma excelente negociação e isso é que ficava muito bem elogiar por parte do PS: é que as pessoas vão pagar o arrendamento social em função da sua capacidade de pagar a renda, da sua situação social, sem a Câmara ter de se endividar. Não se conhece muitos casos destes no país. Os Alka-seltzers, essas coisas, não fariam mal numa altura destas.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que a questão não foi de arrendamento ou do não arrendamento. A questão que o Partido Socialista sempre defendeu e que a bancada do PS sempre defendeu era que o Sr. Presidente cumprisse aquilo que disse em 2006, que era as quatrocentas e tal casas que haveria. Isso é que era aquilo que o PS queria, não era quarenta. E mais: a intervenção vai no seguinte sentido: quando este processo se iniciou, havia a

proposta da Câmara Municipal adquirir casas e a Câmara Municipal nunca adquiriu porque o Sr. Presidente conduziu muito mal, desastrosamente, este processo. Porque até deu os terrenos em troca de um pavilhão em vez de fazer em troca de casas. Mas o PS é a favor claramente, e o Partido Socialista tem um passado brilhante nesse aspeto, a nível de habitação social. Mas qual é a dúvida?

O Sr. Deputado Municipal José Estêvão Correia da Cruz disse que a proposta que está em cima da mesa é para a Câmara Municipal, em vez de dar os três milhões pelos fogos de habitação social, que já, desde 2005, disse que ia dar e, agora, vai arrendar, agora o que se vê é uma proposta de quarenta casas. Não se vê as outras que o Sr. Presidente da Câmara acabou de citar, que eram para ter sido compradas e depois cedidas para arrendamento à população. E são quarenta casas e vê-se por um T2 uma renda de duzentos e sessenta euros e por um T3 uma renda de trezentos euros mensal. É o que se vê aqui. Esta é a proposta que está diante de nós. Há rendas no mercado por aí muito parecidas com estas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que do Sr. Deputado Municipal Luís Fernandes esperava o que esperava, mas do Sr. Deputado Municipal esperava uma intervenção superior porque sabe o respeito e o reconhecimento que tinha. Primeira questão: não se recordará, admite que não se recordará, mas sabe que esta Câmara, há aproximadamente um ano, aprovou a adesão ao mercado social de arrendamento. E é através do mercado social de arrendamento que as outras casas vão ser entregues, sem ser estas quarenta. Estas quarentas são para quarenta famílias com mais dificuldades sociais do município e essas rendas que constam da documentação são as rendas no âmbito do mercado social de arrendamento, se se repara bem na proposta, os termos em que o IHRU refere, a Câmara Municipal, para poder fazer esse contrato, significa que o próprio IHRU vai apoiar uma parte da renda, ou seja, o valor base da renda é esse que consta na documentação, mas sofre uma redução para a família, porque uma parte é suportada pelo IHRU, outra parte é suportada pela Câmara Municipal. Portanto, a família pagará em função dos seus rendimentos, cinquenta euros, cem euros, oitenta euros, em função da realidade social da família. Por isso, é que diz que valeu a pena o modelo e esperar este tempo. O Sr. Deputado Luís Fernandes diz que a Câmara devia ter trocado o



pavilhão por fogos. Se tivéssemos feito isso, hoje não tínhamos fogos porque os fogos estavam hipotecados ao tribunal como as casas estavam pelo programa de insolvência, portanto, não só não tínhamos o dinheiro, o imóvel, como também não tínhamos os fogos porque o tribunal resgatou todo o património da cooperativa no processo de uma insolvência e numa assembleia de credores. Portanto, tínhamos esse prejuízo. Outra questão importante a sublinhar tem a ver com o facto de dizer como o PS fez, em 2004. O que o PS fez foi o seguinte: para um bairro de cento e sessenta fogos, atribuiu a uma empresa privada, sem recurso a um concurso público, o PS vendeu um terreno para construir cento e sessenta fogos por quarenta e seis mil euros, entre quarenta e cinco a cinquenta mil euros, já infraestruturado, veja-se bem o grande negócio que o PS fez! Outra questão: não só não bastasse, e os senhores que andam em campanha sabem a desgraça em que estão esses cento e sessenta fogos porque o governo local, o Sr. Murta, que era o Presidente de Câmara do PS, fez uma carta ao empreiteiro a dizer que os senhores não tinham que assumir responsabilidades da garantia. Isso está escrito e há cópia disso! A casa pode estar mal construída, pode haver fissuras, pode haver buracos, mas quem assume essa responsabilidade não é quem a construiu, mas é a Câmara. Ou seja, não só deu o terreno de borla, como também desonerou o terreno de qualquer encargo e responsabilidades relativamente às anomalias das casas. E as pessoas que se “lixassem”, que estando as casas mal feitas, mal construídas, com fissuras, cheias de humidade, cheias de problemas e, agora, quem paga a fatura? É, por isso, que a Câmara Municipal meteu em tribunal o empreiteiro porque tem de assumir as suas responsabilidades. E o tribunal, se tiver de acusar alguém, acuse seja quem for, agora as pessoas é que não devem pagar pela irresponsabilidade de quem governava a Câmara. Portanto, é bom que esse dossier seja aqui chamado à baila e à liça.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que parece que durante este período de tempo, em que temos vivido, não houve crise financeira, não se passou nada em Portugal. Sobretudo em Vila Real, houve dinheiro a rodos. Depois, quando nós nos esquecemos que este município tem uma política essencialmente social e que se virou, e de que maneira, para as pessoas, depois

ouvir este tipo de críticas é complicado. E diz mais, e ficava já por aqui, a resposta a tudo o que aqui é dito vai ser dada no dia 29 e as pessoas de Vila Real hão-de saber reconhecer todo o esforço que tem sido feito, porque duma coisa tem a certeza, e é bom que todos oiçam isto: ninguém roubou ninguém. Ninguém, do Município de Vila Real de Santo António, fez fortuna, ninguém do Município de Vila Real de Santo António tem apartamentos. E, depois, aquilo que acabou de ouvir da boca do Presidente da Câmara Municipal sobre aquela outra situação, deve ter sido por engano que aquilo aconteceu! Quando o Município se desresponsabiliza, perante uma construtora, de exigir a reparação de obras mal feitas, isso o que é? Isso não é irresponsabilidade? O que é? E volta a repetir, no dia 29, a população há-de saber dizer nas urnas aquilo que efetivamente tem sido as boas ou más políticas.

O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança disse que, já que estamos em final de mandato, queria lembrar o seguinte: em relação à famosa dívida de que principalmente o Sr. Deputado Luís Fernandes tanto fala, é evidente que há muitas coisas que se podem ver e que estão à superfície, mas outras estão enterradas debaixo do solo e, por isso, dos investimentos realizados por este executivo, quis lembrar os que foram feitos para pôr termo às faltas de água, daqueles dias em que as pessoas iam buscar água a Castro Marim, e às piscinas de urina na marginal de Monte Gordo.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal anunciou que a bancada do PS ia votar favoravelmente este ponto. E acrescentou que o que se estava a aprovar e a votar favoravelmente é um contrato de arrendamento entre o município, via SGU, e o IHRU, no qual vão ser alugadas quarenta casas, que têm um custo mensal de onze mil e qualquer coisa euros, para o qual a Câmara Municipal pede uma cativação, para os próximos dois anos e três meses, de trezentos mil euros. Logo, esse vai ser o custo que o município vai suportar. A partir daí, aquilo que o município vai receber de renda será aquilo que será fixado pela lei. O município vai ter um custo de trezentos mil euros para poder garantir habitação condigna a quarenta munícipes desta terra. Isso é inegável e isso merece a aprovação da bancada do PS. Isso é preciso que fique bem claro. Pode concordar ou discordar perante a situação, mas isso são outras questões. Outra coisa quis referir: não há duzentas e quarenta casas;

são quarenta casas. Quanto à questão do endividamento, se as casas fossem da Câmara, o que o PS critica fundamentalmente é o tipo de endividamento. Há dívida e há dívida. E há dívida que é diferente. Uma dívida para um determinado tipo de obra é diferente de uma dívida para outro tipo de obra ou, pior ainda, dívida para não obra: para espetáculo e para outra coisa do género. Em nenhuma parte, na proposta, refere que o IHRU irá suportar uma parte da renda, o Sr. Presidente referiu isso, mas ele não leu, mas se estiver, que diga a página em que está para poder corrigir este erro de leitura. E acrescentou duas notas: a questão da falta de água, isso já tem barbas, não tem oito anos, tem mais do que oito anos; relativamente ao processo de compra de casas, sem querer entrar em considerações técnicas, nem considerações políticas, nem sobre todo o resto, quis relembrar que, ao vender o terreno barato, também esse valor foi refletido, e muito, no preço a que as casas foram vendidas a quem as comprou. Houve, de facto, um preço barato na compra do terreno, a Câmara não fez negócio, mas também o preço médio das casas baixou e as pessoas puderam comprar casas mais baratas.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal quis esclarecer o Sr. Deputado Rui Setúbal que, relativamente à questão das casas, não valeria a pena estarmos com grandes discussões. As pessoas farão ou não as devidas análises e conclusões sobre quem se preocupou sobre o quê. De facto, o Sr. Deputado Rui Setúbal, que tem larga doutrina relativamente ao endividamento da Câmara Municipal, se for ver o endividamento da Câmara, essas casas que o Sr. Deputado Rui Setúbal refere à dívida e dívida, pergunta: no caso das casas dos cento e sessenta fogos, o anterior executivo foi tão astuto que fez um contrato com o BPI para as financiar, que, por acaso começou a ser pago no final do mandato dele, de trezentos mil euros/mês. Essas casas custam a este município, ainda, trezentos mil euros/mês. O Sr. Deputado Rui Setúbal não sabia? Então, explicou: foi feito um contrato de factoring para sete milhões e meio de euros. Sete milhões e meio de euros! Factoring para pagar em três anos! Trezentos mil euros é o que custa aos cofres da autarquia por mês! Ainda por cima, a onerar sobre a autarquia as garantias dos defeitos das obras. Mas então, se fosse este executivo a fazer estes contratos, era negociatas, era faltas de transparência, quem ficou com o dinheiro, o que é que o empreiteiro deu a este

executivo, agora, não interessa e essas coisas mais. E disse ao Sr. Deputado Rui Setúbal que, quem não tem memória, não tem futuro. Entre todas as coisas todas, com esses defeitos todos que o Sr. Deputado vê no executivo, porque, enfim, as suas lentes agora estão com outro formato, com outra formatação, com esses defeitos todos, que não vai discutir, pois é a sua opinião, é que, hoje, as portas do Presidente da Câmara e do gabinete da Câmara estão abertas às pessoas. As portas dos gabinetes dos senhores vereadores estão abertas às pessoas. Pode-se falar com o Presidente, pode-se falar com os vereadores. A vontade do Presidente da Câmara e dos senhores vereadores é resolver os problemas das pessoas. E o Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal sabe perfeitamente o tempo, ou está esquecido, e pediu permissão para referir este detalhe, que quando este executivo chegou à Câmara, o Sr. Deputado Municipal Rui Setúbal andava, é prova disso, aflito para licenciar uma loja de sua propriedade, há meses e meses e foi este executivo que, em meia dúzia de semanas teve de resolver esse problema. É a prova clara e cabal que este executivo resolve não olhando a quem. Não se quer saber se um é do Benfica, se é do Sporting, se é do Porto. Quando foi eleito, é de todos, tem de resolver os problemas de todos e não confunde e o Sr. Deputado Rui Setúbal é bem prova disso.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal disse que não ia entrar em condições sobre tudo o resto porque não vinha aqui fazer campanha eleitoral, apesar de ela aqui ter sido feita. Vem aqui falar sobre temas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal entrou num tema pessoal e entrou de uma forma em que tem de avivar a memória. De facto, teve um problema de licenciamento e, de facto, o Sr. Presidente, enquanto vereador da oposição, teve ocasião de falar com ele e com os restantes vereadores da oposição, e, quer o Sr. Presidente, quer os outros vereadores da oposição, levaram o assunto à sessão de Câmara. Esse assunto foi aprovado no mandato anterior. A obra foi licenciada no mandato anterior, porque houve uma intervenção dos vereadores da oposição, em concreto, do Sr. vereador, hoje Presidente de Câmara, da Sra. vereadora que o acompanhava enquanto membro do PSD e dos dois vereadores da CDU. Levaram o assunto à sessão de Câmara e, que se lembre, foi aprovado até por unanimidade, e, que se lembre, o

problema foi resolvido pouco tempo depois com a emissão da licença e foi muito tempo antes das eleições. Mais uma vez, agradecia que questões pessoais não fossem trazidas a discussão pública.

O Sr. Deputado Municipal Luís Manuel da Rosa Fernandes disse que lhe pareceu que o Sr. Presidente da Câmara entrou aqui um pouco em incoerência porque refere que os cento e sessenta fogos, o negócio era para pagar sete milhões e meio em três anos, portanto, isso não chegava agora, como é que diz agora está a pagar trezentos mil euros/ano dali? Não pode ser. E vai explicar mais: se tivesse de pagar sete milhões, em três anos, dava qualquer coisa como dois milhões e meio. Agora, está a apresentar uma proposta para pagar cinquenta e nove milhões, vai pagar cinco milhões e seiscentos mil por ano, durante vinte anos. Cinco milhões e seiscentos mil euros durante vinte anos. A dívida de curto prazo é de cinquenta e nove milhões, porque a dívida total é de cento e vinte e oito. Isto só para recordar a incoerência em que está a entrar.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. A proposta foi aprovada por maioria, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e um voto contra da CDU. A CDU expressou somente um voto porque o Sr. Deputado Municipal Luís Manuel Negrão Vargas não estava presente na sala no momento em que ocorreu a votação. A CDU e o PS leram uma declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU:

A declaração de voto da CDU no processo de arrendamento de quarenta fogos destinados a habitação social: Votamos contra porque não concordamos com o tipo de contrato que a Câmara Municipal nos propõe para alugar as casas às famílias carenciadas.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS:

O Partido Socialista congratula-se de poder hoje votar favoravelmente a concretização do contrato de arrendamento em que o município, via SGU, e o IHRU permitirá resolver o problema de habitação a quarenta famílias de parques recursos. Em todo este processo, nunca fomos ouvidos, nem nenhuma informação nos foi

passada, em relação a famílias que irão beneficiar das novas habitações. Apenas esperamos e desejamos que os critérios de atribuição sejam justos e transparentes. Não podemos, no entanto, deixar passar em claro o facto político relevante que este contrato marca. É que são quarenta e não quatrocentas as habitações que o município tem para distribuir, não podendo, desta forma, responder às necessidades dos munícipes e, muito menos, às inúmeras promessas efetuadas. Dissemos, em 2009, e, como habitualmente, fomos acusados de levantar falsidades, mas, quatro anos depois, eis-nos perante o assumir, por parte da governação local, Luís Gomes/PSD, da realidade que sempre quiseram esconder. Ao fim de oito anos de gestão municipal PSD, vão finalmente ter a oportunidade de entregar um total de quarenta habitações que não construíram, mas que tiveram a possibilidade de arrendar a uma terceira entidade. A obra faz diferença e o Partido Socialista pode orgulhar-se de em todos os mandatos em que dirigiu o município ter sempre construído e entregue habitação social.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO DE VRSA SOCIAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta em apreciação, e cujo texto estava em posse dos Srs. Deputados Municipais, tinha sido apresentada pelo Sra. Vereadora Sílvia Madeira e que tinha sido aprovada por unanimidade na sessão de câmara. Foi aberto o período de discussão.

Não houve intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação. A proposta foi aprovada por maioria, com dezasseis votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e duas abstenções da CDU.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs.04/2013 E 05/2013

32
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que os documentos estavam na posse dos senhores deputados municipais e perguntou se havia alguma objeção que quisessem fazer.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que, uma vez que se estava a falar de atas, de documentos que também contam nas atas, queria deixar a seguinte indicação: é apenas para registar, e para que fique em ata, a forma abusiva como o Partido Socialista, ao longo do mandato, mas já o fazia dantes, faz do uso da declaração de voto. Porque, por exemplo, se tivermos por base a última declaração de voto que foi entregue, muitas das coisas que foram referidas nem sequer foram invocadas no debate. Isto é um estratagema que francamente acha que é de voto feito em que são feitas mais uma série de afirmações sobre as quais já não hipótese de haver qualquer debate. É bom que se registre isto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que o conselho era importante e que os futuros presidentes da assembleia deveriam conduzir isto de uma forma mais transparente.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal disse que gostava que o Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita especificasse em concreto quando é que isso aconteceu. Porque ditar para a ata, para evitar precisamente este tipo de afirmações, agora está gravado e vai entregar, conforme o pedido, uma cópia daquilo que foi lido para a ata. Não está a ver onde é que isso aconteceu.

O senhor Presidente colocou a Ata nr.04/2013 a votação. A ata foi aprovada por maioria, com três abstenções, por falta de presença na sessão a que dizia respeito.

O senhor Presidente colocou a Ata nr.05/2013 a votação. A ata foi aprovada por maioria, com três abstenções, por falta de presença na sessão a que dizia respeito.

6. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou que o documento estava na posse dos senhores deputados municipais e, na ausência do Sr. Presidente da

3
Câmara Municipal, ele deveria ter deixado algumas indicações ao Sr. Vice-Presidente para que este pudesse responder às questões que eventualmente fossem levantadas.

O Sr. Deputado Municipal Rui João Gutierrez Setúbal quis fazer um lamento: o relatório chegou, pelo menos ao seu conhecimento, hoje, já agora ao fim da tarde, portanto não pode ser lido e não sabe se terá alguma questão a colocar sobre o mesmo. A única coisa que constata, logo à partida, é que na parte da síntese económica e financeira, se continua a não mostrar, apesar de toda a transparência, os dados do que foi previsto, do que foi faturado, e o que foi pago para se poder ter clara e inequivocamente uma informação sobre a evolução da situação orçamental do município, e sobre a taxa de execução, que é uma coisa que, ao longo dos últimos relatórios nas assembleias em que tem estado presente, nunca tem aparecido.

O Sr. Deputado Municipal António Manuel Cipriano Cabrita disse que se apercebeu de que a entrega do relatório de atividades tinha a ver com toda a agitação que houve nesta semana com todas estas coisas, que é uma coisa que, às vezes, as pessoas deveriam saber relevar. E quis dizer o seguinte: como já leva uns anitos disto, não são dois nem três, bem se recorda de haver, há alguns anos atrás, queixas frequentes, em relação a outros executivos, da não entrega do relatório, da não entrega do relatório, que nem sequer informação se tinha da informação do saldo de caixa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que queria reforçar esta análise que o Sr. Deputado Municipal António Cabrita fez. Durante oito anos de mandato, em todas as assembleias municipais ordinárias, veio aqui a esta assembleia o relatório do Sr. Presidente da Câmara. No passado não sabe se seria tanto assim.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu e anunciou o período de intervenção do público, mas não houve nem inscrições nem intervenções.

Sofia Fulgêncio Mendez e Pedro Miguel Salgueiro Ribeiro por António José Ruivo da Palma; na bancada do PS, Álvaro da Palma Araújo foi substituído por Luís Manuel Rosa Fernandes e João José Baptista da Costa por Rui João Gutierrez Setúbal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Intervieram os seguintes deputados municipais Luísa Currito, Luís Fernandes, Carlos Lança, António Cabrita e José Cruz. O senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu a troca de ordem na apreciação e votação dos assuntos e também a inclusão dos seguintes pontos, cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas:

- **APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 04/2013;**

- **APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE.**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;

Face ao final do mandato, a Mesa decidiu contemplar com uma medalha evocativa do Concelho, todos os membros da Assembleia Municipal.

2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO;

Intervieram os senhores Deputados Municipais Rui Setúbal, José Cruz, António Cabrita, Carlos Lança e Luís Fernandes. O senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com dezasseis votos favoráveis do PSD, quatro abstenções do PS e dois votos contra da CDU. As bancadas do PSD e do PS leram e entregaram uma declaração de voto.

3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ARRENDAMENTO DE 40 FOGOS DESTINADOS A HABITAÇÃO SOCIAL;

Intervieram os senhores Deputados Municipais Luís Fernandes, José Cruz, António Cabrita, Carlos Lança e Rui Setúbal. O senhor Presidente da Câmara prestou

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar lugar à leitura da minuta da ata, quis referir que o jantar que se ia seguir, para o qual os senhores deputados municipais estavam convidados, era apenas um jantar convívio. De qualquer modo, respeitava a vontade daqueles que não podiam lá ir por alguma razão, mas só pedia a Deus que lhe desse sempre a compreensão para poder respeitar e entender a vontade de cada um dos senhores deputados municipais. Para ele, os valores da democracia definem-se pelas atitudes. E a sua atitude apenas foi de querer criar aqui um ambiente de convívio entre todos eles. Nada mais do que isso. Todos, mas todos, durante os debates que aqui se fizeram, certamente se empenharam em fazer o melhor para o concelho e a discutir o melhor para o concelho e certamente também o ajudaram nesta experiência que teve durante oito anos de ser presidente da assembleia municipal (palmas).

LEITURA DA MINUTA DA ATA

MINUTA DA ATA N. 06/2013

*Ao décimo segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e treze, pelas dezoito horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD; PS e CDU, e conforme Edital de 03 de setembro de 2013, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*

ABERTURA DA SESSÃO: *Verificando-se a falta do senhor Deputado Municipal Victor Manuel Figueiredo Fernandes Rosa, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão.*

SUBSTITUIÇÕES – *Foram feitas as seguintes substituições de Deputados Municipais: na bancada do PSD, Messias José Fernandes Carvalho foi substituído por Maria Madalena*

esclarecimentos. O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com dezassete votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e um voto contra da CDU. A CDU e o PS leram e apresentaram uma declaração de voto.

4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO DE VRSA SOCIAL;

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal. O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com dezasseis votos favoráveis do PSD, quatro votos favoráveis do PS e duas abstenções da CDU.

5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS Nrs.04/2013 E 05/2013;

Os documentos foram apreciados. Intervieram os senhores Deputados Municipais António Cabrita e Rui Setúbal. O senhor Presidente colocou a Ata nr.04/2013 a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com três abstenções, por falta de presença na sessão a que dizia respeito. O senhor Presidente colocou a Ata nr.05/2013 a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com três abstenções, por falta de presença na sessão a que dizia respeito.

6. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

O documento foi apreciado. Intervieram os senhores Deputados Municipais Rui Setúbal e António Cabrita. O senhor Presidente da Assembleia Municipal comentou.

Período de intervenção do público: não houve intervenções do público.

E de tudo, para constar, se lavrou esta ata sob forma de minuta, que vai ser submetida a votação e que refere o texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal submeteu este texto de minuta a votação e foi aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 19 horas e 50 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário

